

**ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS
EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA DA USINAS SIDERÚRGICAS DE
MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS**

Pelo presente instrumento particular,

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS, sociedade por ações com sede na Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3.011, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 60.894.730/0001-05, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (“Emissora”);

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”), aqui representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada (“Agente Fiduciário”);

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a “Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas” (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação tomada em Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 27 de dezembro de 2007 (a “AGE”).

1.2. A Emissão, conforme definida a seguir, será realizada no âmbito do 2º programa de distribuição pública de debêntures da Emissora (“2º Programa de Distribuição”), o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos contados da data do seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e valor de até R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). O 2º Programa de Distribuição será arquivado na CVM nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”).



CLÁUSULA II REQUISITOS

A 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie Subordinada, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400 (“Oferta”), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Atas de AGE

A ata de AGE da Emissora que deliberou sobre a Emissão, referida no item 1.1 acima, será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e seu extrato será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional.

2.2. Arquivamento da Escritura

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada perante a CVM na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis.

2.4. Emissão no Âmbito do Programa de Distribuição de Valores Mobiliários

A presente Emissão é a 4ª Emissão da Emissora, sendo a 1ª realizada no âmbito do 2º Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora, o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos e limite de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), nos termos da Instrução CVM 400, e será arquivado perante a CVM (“2º Programa”).

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”)

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do , nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 09 de maio de 2006 (“Código ANBID”).

2.6. Registro para Distribuição e Negociação

2.6.1. As Debêntures terão registro para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”), sendo as Debêntures

Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, ou no Sistema de Negociação BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP ("BOVESPAFIX"), segundo suas normas e procedimentos e, neste último caso, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

2.6.2. As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no (i) Sistema Nacional de Debêntures – SND ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP e/ou (ii) BOVESPAFIX, da BOVESPA, custodiado na CBLC, segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP e/ou da CBLC, conforme o caso.

CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto a exploração da indústria siderúrgica, e o comércio de seus produtos e subprodutos, podendo ainda explorar a atividade portuária para si ou para terceiros, importar, exportar e praticar outras atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços de qualquer natureza, correlata ou não. Ademais, a Emissora pode participar do capital de outras sociedades via empreendimentos de qualquer natureza, no país ou no exterior.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 4ª emissão de debêntures da Emissora, sendo a 1ª no âmbito do 2º Programa de Distribuição.

3.3. Valor da Emissão

O valor da Emissão é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, observado o disposto nos itens 3.7.e 3.8. a seguir.

3.4. Número de Séries

A Emissão é realizada em série única, ressalvado o disposto nos itens 3.7. e 3.8. a seguir.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da presente Emissão de Debêntures serão destinados, em sua totalidade, ao projeto de expansão e modernização de sua planta industrial. Tal projeto consiste: (i) na expansão na capacidade de produção da usina localizada em Ipatinga, em 3,2 milhões de toneladas de aço por ano, (ii) na reforma e ampliação do laminador de tiras a quente e do laminador de chapas grossas, (iii) na construção da nova



linha de galvanização, (iv) na construção de uma nova aciaria, (v) na construção de uma nova coqueria, (vi) na nova unidade termelétrica, e (vii) no aprimoramento dos programas de atualização tecnológica e de proteção ambiental praticados pela Usiminas.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, no mercado por meio do (i) SDT, administrado pela CETIP, com base com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, ou por meio do (ii) BOVESPAFIX, sendo neste caso custodiadas na CBLC, utilizando-se o plano de distribuição previsto no Suplemento (conforme a seguir definido).

3.6.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após o arquivamento do 2º Programa na CVM, a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição ("Anúncio de Início") e a disponibilização do Prospecto e do Suplemento (conforme a seguir definidos) aos investidores.

3.6.3. As Debêntures serão colocadas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início.

3.7 Aditamento à Escritura para definição da taxa de remuneração das Debêntures e no caso de aumento da quantidade de Debêntures

3.7.1 O resultado do Processo de *Bookbuilding* (conforme definido a seguir) será objeto de aditamento desta Escritura, sendo ratificado pelo Conselho de Administração da Emissora e divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Número de Séries: A Emissão é realizada em série única.

4.1.3. Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira responsável pela



escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão ("Banco Mandatário e Escriturador"). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o Relatório de Posição de Ativos, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.1.5. Espécie: As Debêntures são da espécie Subordinada.

4.1.6. Conversibilidade: As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.7. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão é 1º de fevereiro de 2008 (a "Data de Emissão").

4.1.8. Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures é de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 1º de fevereiro de 2013 (a "Data de Vencimento").

4.2. **Remuneração**

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração"):

4.2.1. Atualização

O Valor Nominal não será atualizado.

4.2.2. Juros Remuneratórios

A partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros à taxa a ser definida em Processo de *Bookbuilding*, observando-se como limite à taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* máximo de até 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Taxa Máxima"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ainda não amortizado nos termos da Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão e a última data de pagamento da remuneração coincidindo com a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido a seguir) ("Remuneração").

4.2.2.1. Ao final do Processo de *Bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará a Remuneração aplicável às Debêntures definida no Processo de *Bookbuilding*.



4.2.2.2. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão, exclusive (“Período de Capitalização”).

4.2.2.3. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de agosto de 2008 e o último em 1º de fevereiro de 2013 (“Datas de Pagamento da Remuneração”).

4.2.2.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.2.2.5. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário não amortizado da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$




Onde:

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo "dk" um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

Fator Spread = corresponde ao spread de juros fixos, calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}}$$

Onde:

spread = taxa final do Bookbuilding, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

N = número de dias representativo do spread, sendo calculado baseado em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo DT um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo DP um número inteiro.




Observações:



- (a) O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (c) Se os fatores diários estiveram acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

4.2.2.6. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.7. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembléia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.2.2.9. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.



4.2.2.10. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou
- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.3.7 a seguir, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada a Taxa Substitutiva. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o item 4.2. acima ajustado por ágio ou deságio, conforme for o caso, com base em preço apurado em leilão ou coleta de intenções de investimento ("*Bookbuilding*"). As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e à CBLC.

4.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem *jus* os titulares das Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC e/ou CETIP, conforme o caso, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada ao BOVESPAFIX e/ou SND.



4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Belo Horizonte, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo (i) a multa calculada sobre o valor inadimplido; e (ii) os juros calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.3.7. Pagamento da Remuneração. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 1º de agosto de 2008 e o último na Data de Vencimento.

4.3.8. Amortização Programada: As Debêntures serão objeto de amortização programada de modo que o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado nas seguintes datas 1º de fevereiro de 2012 e 1º de fevereiro de 2013 e na proporção de 50% (cinquenta por cento) do principal em cada uma de tais datas, comprometendo-se a Emissora a liquidar, juntamente com a última prestação, todas as obrigações decorrentes desta Escritura.

4.4. Limite Legal e Limite do 2º Programa

Nos termos do parágrafo 4º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, à Emissão das



Debêntures da espécie subordinada não se aplicam os limites estabelecidos no referido artigo.

4.5. Direito de Preferência

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.6. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estão sujeitas à repactuação programada.

4.7. Resgate Antecipado Facultativo

4.7.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora

4.8. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado.

4.9. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - *internet* (<http://www.usiminas.com.br>), exceção feita ao anúncio de início de Distribuição da Debêntures e o anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que apenas serão publicados no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na rede internacional de computadores - *internet*, no endereço acima referido.

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observados os itens 5.1.1, 5.1.1.1 e 5.1.2 a seguir, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (“Evento de Inadimplemento”):





- (a) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, ou por qualquer de suas Controladas Relevantes (conforme definido no item 5.1.5 a seguir);
- (b) extinção, liquidação, dissolução, pedido de auto-falência da Emissora, e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, ou trânsito em julgado de decretação de falência ou declaração de insolvência da Emissora, e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes;
- (c) pedido de falência não elidido no prazo legal, da Emissora ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) atualizado pelo IGP-M acumulado entre a Data de Emissão e a data de divulgação do referido índice imediatamente anterior ao Evento de Inadimplemento ("Corrigido");
- (d) falta de pagamento, pela Emissora, do principal das Debêntures e/ou da Remuneração nas respectivas datas de vencimento, caso não sanado em até 01 (um) dia útil;
- (e) disposição de ativos da Emissora que afete de forma comprovadamente negativa e relevante sua capacidade de pagamento em revisão pela agência de *rating* da Emissão para um grau de risco inferior a brA da Standard & Poors ou equivalentes pela Moody's América Latina ou Fitch Ratings;
- (f) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, em montante individual ou total igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) Corrigido;
- (g) se a Emissora, ou qualquer de suas Controladas Relevantes, deixarem de pagar, na data de vencimento, considerado eventual período de cura, quantia igual ou superior, em valor individual ou total, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) corrigido, relacionada a acordo ou contrato de qual sejam partes como mutuárias ou garantidoras, salvo se o não pagamento for resultante de contestação da exigibilidade do montante pela Emissora em âmbito judicial;
- (h) protestos de títulos contra a Emissora, ou contra qualquer de suas Controladas Relevantes, cujo valor total inadimplido, individual ou total, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) corrigido, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou suas Controladas Relevantes, ou se (ii) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da ocorrência do referido protesto, for impetrada a medida judicial cabível a fim de cancelá-lo ou suspendê-lo.
- (i) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado, no primeiro a expirar dentre 30 dias contados: (i) da



comunicação do referido descumprimento pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) do recebimento pela Emissora de comunicação do referido descumprimento, a ela enviada pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro. Os prazos acima referidos não se aplicam às obrigações para as quais já tenha sido estipulado prazo específico;

- (j) se houver alteração ou modificação do objeto social da Emissora, que resulte em (i) direito de retirada e/ou (ii) alteração nas atividades comerciais;
- (k) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nos termos da Cláusula 9.2 desta Escritura e/ou da Cláusula 8.2 do Contrato de Distribuição;
- (l) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (o) não cumprimento de qualquer decisão transitada em julgado, final e irrecurável, contra a Emissora e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor unitário ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) corrigido, ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para seu cumprimento;
- (p) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (q) alteração da classificação de risco da Emissora que resulte em *rating* inferior a *brA* da Standard & Poors ou em *rating* equivalente por outra agência de classificação de risco que venha a avaliar a Emissão, entendendo-se por *rating* equivalente aquele que indique um grau de risco correspondente ao grau de risco indicado pelo *rating* *brA* da Standard & Poors, com base em fatores, análises e pressupostos semelhantes, ou equivalentes pela Moody's América Latina ou Fitch Ratings;



- (r) prática, pela Emissora de quaisquer atos em desacordo com seu Estatuto Social e a Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas; e
- (s) deixar de manter qualquer dos índices consolidados financeiros relacionados a seguir, a serem verificados semestralmente, após a divulgação das informações semestrais e anuais regularmente apresentadas pela Emissora: ("Índices Financeiros").
 - (i) Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e
 - (ii) EBITDA por Despesas Financeiras igual ou superior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos).

5.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c), (d), (f), (g); (m) e (n) e acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, e/ou de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora.

5.1.1.1. Na ocorrência de quaisquer dos eventos não indicados no item 5.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula VIII a seguir e o quorum específico estabelecido no item 5.1.2. a seguir. Uma vez realizada a convocação o Agente Fiduciário deverá enviar cópia da mesma à Emissora no mesmo dia de sua publicação.

5.1.2. A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 5.1.1.1. anterior poderá, por deliberação (i) de 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação, ou (ii) de maioria simples dos presentes em segunda convocação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures. Não se realizando a Assembléia Geral de Debenturistas conforme disposto na Cláusula 5.1.1.1. supra, ou em não havendo (i) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, e/ou quorum necessário para tanto, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

5.1.3. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (e, no caso do subitem (d) e (e) do item 5.1 acima, dos encargos moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante do



item 10.3 a seguir, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

5.1.4. Para fins dos itens (a), (b) e (c) da Cláusula 5.1 acima, será considerado como pedido ou decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

5.1.5. Para fins desta Cláusula V, são consideradas “Controladas Relevantes” as sociedades controladas pela Emissora (conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) (i) cuja totalidade dos ativos represente, no mínimo, 5% dos ativos totais da Emissora, em base consolidada; (ii) cujo EBITDA represente, no mínimo, 5% do EBITDA da Emissora, em base consolidada, e/ou (iii) cujo passivo total represente, no mínimo, 5% dos passivos totais da Emissora, em base consolidada cada um conforme determinado nas informações financeiras mais recentes arquivadas na CVM.

5.1.5.1. Para fins desta Escritura, “EBITDA” significa, com relação aos 12 meses anteriores à data de apuração do índice e determinado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, em base consolidada, o lucro ou o prejuízo líquido revertido dos seguintes valores: (i) despesas de depreciação; (ii) despesas de amortização do diferido; (iii) resultado financeiro; (iv) imposto de renda e contribuição social; (v) resultados não operacionais; e (vi) resultados de participação em sociedades controladas e coligadas.

5.1.5.2. Para fins desta Escritura, “Dívida” significa sem duplicação e em base consolidada, as obrigações relativas a: (i) empréstimos e financiamentos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; (ii) tributos parcelados; (iii) contas a pagar à Fundação Cosipa de Seguridade Social – FEMCO; (iv) operações de leasing; (v) garantias prestadas; e (vi) Instrumentos Financeiros.

5.1.5.3. Para fins desta Escritura, “Dívida Líquida” significa em base consolidada o valor da Dívida menos disponibilidades, determinado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;





5.1.5.4. Para fins desta Escritura, “Despesas Financeiras” significa com relação aos 12 meses anteriores à data de apuração do índice e determinado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e em base consolidada, o somatório: i) dos juros incorridos ou provisionados em relação à Dívida consolidada; ii) dos juros capitalizados ou diferidos em relação à Dívida consolidada e iii) despesas de leasing; e

5.1.5.5. Para fins desta Escritura, “Instrumentos Financeiros” significa em base consolidada os contratos de swap de taxas de juros ou moeda, forward, collar, floor, cap ou qualquer outra transação similar, apurado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

5.1.6. Ainda para fins desta Cláusula V, a “Taxa de Conversão” dos valores em dólares norte americanos indicados acima, será a cotação divulgada pelo Banco Central do Brasil, via SISBASCEN, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX800, opção 5/venda, moeda 220, verificada para a liquidação financeira de obrigações vencíveis em determinada data e devidamente divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do evento.

CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social, acompanhada de relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos Índices Financeiros. Os documentos em questão poderão ser enviados, a critério da Emissora, em via física ou em arquivo eletrônico a ser enviado por e-mail;
- (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social e do parecer dos auditores independentes, , acompanhada de relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos Índices Financeiros. Os documentos em questão poderão ser enviados, a critério da Emissora, em via física ou em arquivo eletrônico a ser enviado por e-mail;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (conforme alterada), nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes;





- (d) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias úteis após as respectivas publicações;
- (e) em até 3 (três) dias úteis, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (f) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento; e
- (g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento em até 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (“Instrução 358/02”), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução 358/02, observado o prazo máximo aqui previsto.

6.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

6.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

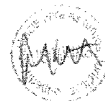
6.1.4. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

6.1.5. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.6. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

6.1.7. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

6.1.8. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.





6.1.9. Notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa, no entendimento da Emissora, causar interrupção ou suspensão de suas atividades, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento.

6.1.10. Manter os bens necessários para condução de sua atividade principal adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes da indústria siderúrgica.

6.1.11. Tomar todas as medidas necessárias para:

- (i) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas Controladas Relevantes dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais; e
- (ii) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas Controladas Relevantes, excetuando-se pelo desgaste normal.

6.1.12. Informar imediatamente à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete direta ou indiretamente as informações prestadas nos Prospectos.

6.1.13. Informar à CETIP e/ou à CBLIC, conforme o caso, o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures.

6.1.14. Manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o vencimento destas, fornecendo ao Agente Fiduciário cópia das avaliações e reavaliações anuais de *rating* em até 5 (cinco) dias úteis após sua divulgação.

6.1.15. Encaminhar, imediatamente, à CVM, à ANBID, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as debêntures, ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido no item 6.1.14. acima.

6.1.16. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

6.1.17. Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens



aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens.

CLÁUSULA VII

AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), devida a primeira na data de liquidação das debêntures e as demais no mesmo dia dos anos subsequente. Caso a data de pagamento não seja um dia útil, o pagamento será devido no dia útil subsequente.
- (b) Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, serão devidos, sobre o valor inadimplido, ao Agente Fiduciário: (i) multa de 2% e (ii) juros de mora de 1%a.m.
- (c) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (d) A remuneração prevista na alínea "a" será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (e) As parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida na alínea "a" acima até as datas de pagamento de cada parcela, calculada *pro rata die* se necessário;
- (f) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem

20



cobertas pela Emissora, mediante pagamento, das respectivas faturas, emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis e devidamente comprovadas com especialistas, caso sejam necessários e de comum acordo com a Emissora, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

- (g) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- (h) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % ao mês e juros de mora de 1,0 % ao mês;
- (i) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS (Imposto Sobre Serviços) ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (j) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembléias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por



Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no item 7.3.6. adiante.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

7.3.6. Em nenhuma hipótese, a substituição do Agente Fiduciário implicará remuneração para o novo agente fiduciário superior à remuneração ora avençada.

7.3.7. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais.

7.3.8. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das debêntures.

7.3.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de



qualquer outra modalidade de inaptidão;

- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, de maneira razoável, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.9. desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembléia de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia;



- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.5) aquisição facultativa e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;
 - (m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (m.9) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - (m.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (n) Colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) no seu escritório, localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514;
 - (n.3) na CVM;
 - (n.4) na BOVESPA FIX e no SND; e

(n.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.

- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "n" acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Depositária, a CBLC e/ou a CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações obtidas pela Emissora e informações públicas;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e ao Banco Central do Brasil;
- (s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta;
- (t) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas;
- (u) até 1 (um) dia útil após disponível, retransmitir pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório aos Debenturistas elaborado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações; e
- (v) informar a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições na Cláusula VI desta Escritura:

- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;





- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extra-judicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora;
- (e) se aplicável, executar garantias aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “b” e “c” acima se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de maioria simples das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” acima.

7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, limitadas ao total anual de R\$ 3.000 (três mil reais).

7.6.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, em 3 (três) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e



outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLÉIA-GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As Assembléias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.



8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 66% (sessenta e seis por cento) do total das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração e/ou garantias e/ou Prazos de Vencimento, Repactuação, Resgate ou Amortização das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa) das Debêntures em Circulação.

8.4.2 Exceção feita à hipótese prevista na Cláusula 4.2.2.10.(b), ainda que deliberado em Assembleia, as características e condições da Escritura não poderão ser alteradas sem prévia e expressa anuência da Emissora.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;



- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (h) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

9.2. A Emissora, neste ato declara e garante:

- (a) não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedades anônimas;
- (c) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (d) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (e) os termos desta Escritura não contrariam (a) nenhum contrato ou documento no qual a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes sejam parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) nenhuma lei, decreto, regulamento a que a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) nenhuma ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora;
- (g) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas previstas na Cláusula VI acima;
- (h) os prospectos preliminar e definitivo do 2º Programa (em conjunto doravante denominados “Prospecto”), bem como os suplementos preliminar e definitivo de



29



distribuição das Debêntures (em conjunto doravante denominadas “Suplemento”) conterão, nas suas respectivas datas: (a) todas as informações atualizadas, relevantes em relação à Emissora no contexto da Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora, necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível.

- (i) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, expressas no Prospecto e/ou no Suplemento, foram dadas corretamente e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (j) não há outros fatos em relação à Emissora ou às Debêntures cuja omissão, no contexto desta Oferta, faça com que alguma declaração do Prospecto e/ou do Suplemento seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (k) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 30 de setembro de 2007, representam corretamente a posição financeira da Emissora e de suas nessa respectiva data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (l) exceto conforme informado no Prospecto e no Suplemento e, em seu melhor conhecimento, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (m) exceto pelas contingências informadas no Prospecto e no Suplemento, não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;
- (n) exceto pelo registro da presente Emissão perante a CVM, obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, com relação a esta Emissão e à colocação pública das Debêntures;
- (o) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à esta Emissão; e
- (p) ao deliberar pela realização desta Oferta, a Emissora observou as exigências do bem público e de sua função social, conforme o artigo 154 da Lei das Sociedades por



Ações, não podendo utilizar os recursos obtidos por meio desta Emissão, de modo a contrariar tais exigências.

9.2.1. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretroatável a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis e devidamente comprovados) incorridos pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade, inconsistência, imprecisão ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.2.2. Sem prejuízo do disposto no item 9.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA X

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3. Comunicações

10.3.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas
Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3.011 – 5º andar
Belo Horizonte - MG



CEP: 31310-260
At. Paulo Penido Pinto Marques
Tel.: (31) 3499-8775
Fax: (31) 3499-8771
E-mail: ppenido@usiminas.com.br

Para o Agente
Fiduciário

Pentágono S.A. DTVM
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514
Rio de Janeiro - RJ
CEP 2264-102
At. Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco
Mandatário
e Escriturador

Banco Bradesco S.A.
Av. Yara, S/N - Cidade de Deus - Prédio Amarelo - 2º Andar
Osasco - SP
CEP 06028-100
At.: Cassiano Ricardo Scarpelli
Telefone: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645
e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Administradora do
sistema de negociação

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação
Av. República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308 / 2262-5481

Câmara de Liquidação

CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
Rua XV de Novembro, 275, 6º andar
São Paulo - SP
CEP: 01014-001
Telefone: (11) 3247-4824
Fax: (11) 3247-5260

10.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado



por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

10.5. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Foro


Fica eleito o Foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2008.

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS


 Nome: Paulo Penido Pinto Marques
 Cargo: Diretor de Finanças e Relações com Investidores


 Nome: Rinaldo Campos Soares
 Cargo: Presidente

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


 Nome: Marco Aurélio Machado Ferreira
 Cargo: Procurador

Nome:
 Cargo:

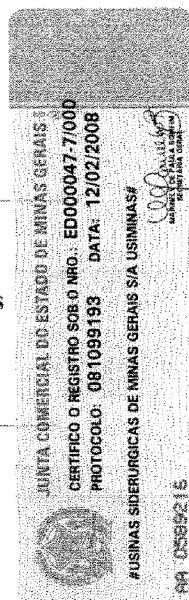
Testemunhas:

Nome:
 Cargo:

Nome:
 Cargo:

128 C.R.C.P.N. e Tabelionato. Av. das Américas, 3939 - B1 1, Lj N
 Barra da Tijuca-RJ, Tabelião: Dante Alighieri C. Seixas. Reconheço
 por semelhança a firma de: MARCO AURELIO MACHADO FERREIRA
 Cod: 03DEF89AD56
 Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 2008. Conf. por:
 Em testemunho da verdade.
 Viviane Ramos da Costa Gomes-Escrivente

Server: 30%
 Total: 30%



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**1º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA DA USINAS
SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS**

ENTRE

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS,

E

PENTÁGONO S.A. DTVM

20 DE FEVEREIRO DE 2008



**1º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA DA USINAS
SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS**

Pelo presente instrumento particular,

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS, sociedade por ações com sede na Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3.011, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 60.894.730/0001-05, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (“Emissora”);

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”), aqui representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada (“Agente Fiduciário”));

vêm, por este Aditamento (“Aditamento”), e na melhor forma de direito, aditar a “Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas” (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula não expressamente definidos neste Aditamento terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura.

2. Considerando que, conforme previsto nos item 3.7. e 3.7.1. da Escritura e, após realização de processo de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2008, cuja ata encontra-se em fase de arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“JUCEMG”) e será subsequentemente publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, fixou a remuneração definitiva das Debêntures, as partes decidem alterar o item 4.2 da Escritura, o qual passa a ter a seguinte redação:

4.2. Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração (“Remuneração”):

4.2.1. Atualização

O Valor Nominal não será atualizado.



4.2.2. Juros Remuneratórios

A partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros à taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread de 0,42% (quarenta e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Taxa Máxima"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ainda não amortizado nos termos da Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão e a última data de pagamento da remuneração coincidindo com a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido a seguir) ("Remuneração").

4.2.2.1. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização").

4.2.2.2. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de agosto de 2008 e o último em 1º de fevereiro de 2013 ("Datas de Pagamento da Remuneração").

4.2.2.3. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério pro rata temporis, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.2.2.4. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário não amortizado da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + TDI_k]$$

Onde:

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{360}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo "dk" um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

Fator Spread = corresponde ao spread de juros fixos, calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} \right]^{\frac{360}{100}}$$

Onde:

spread = taxa final do Bookbuilding, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;



N = número de dias representativo do spread, sendo calculado baseado em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo DT um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo DP um número inteiro.

Observações:

(a) O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c) Se os fatores diários estiveram acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DP" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

4.2.2.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir



parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.2.2.8. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.2.9. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou

(b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.3.7 a seguir, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada a Taxa Substitutiva. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa



deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

3. Todos os demais termos e condições da Escritura não alterados Expressamente por este Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

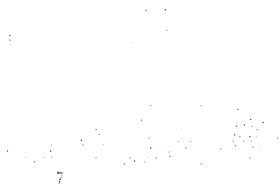
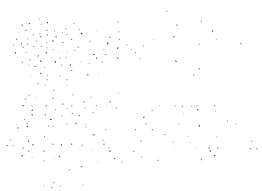
4. O presente Aditamento será registrado na JUCEMG, onde foi registrada a Escritura, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

5. Fica eleito o Foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2008.


[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



[PÁGINA DE ASSINATURA 01 DE 03 DO 1º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA DA USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS, CELEBRADO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2008]

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

Nome: 
Cargo: Gabriel Marcio Janot Pacheco
Diretor de Desenvolvimento

Nome: 
Cargo: Rinaldo Campos Soares
Diretor-Presidente

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



[PÁGINA DE ASSINATURA 02 DE 03 DO 1º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA DA USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS, CELEBRADO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2008]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<p>Nome: <u>Marco Aurélio Machado Ferreira</u></p> <p>Cargo: <u>Procurador</u></p>	<p>Nome: _____</p> <p>Cargo: _____</p>
--	--

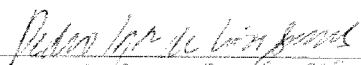
[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]


[Handwritten signature and official stamp of the Procurador]

Correspondência Geral
da Justiça - RJ
P. REL. DE FISC. MACAÇÃO
RECONHECIMENTO
NGU
IXW19216

[PÁGINA DE ASSINATURA 03 DE 03 DO 1º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA DA USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS, CELEBRADO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2008]

Testemunhas:


Nome: PEDRO LUIZ DE LIMA JUNIOR
Cargo: ADMINISTRADOR GERAL DE FINANÇAS


Nome: DIOGO OTÁVIO GOMES DA SILVA
Cargo: ANALISTA GERAL DE FINANÇAS

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

